

Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Instituto de História – INHIS

**Figurações das bruxas e do livre-arbítrio no *Malleus
Maleficarum* (1487)**

MATHEUS NOBRE DE SOUZA

MATHEUS NOBRE DE SOUZA

Figurações das bruxas e do livre-arbítrio no *Malleus Maleficarum* (1487)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de licenciado e Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Cleber Vinicius do Amaral Felipe.

Uberlândia, agosto de 2022.

MATHEUS NOBRE DE SOUZA

Figurações das bruxas e do livre-arbítrio no *Malleus Maleficarum* (1487)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cleber Vinicius do Amaral Felipe.

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

(Orientadora)

Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. M^a. Letícia Simões Malerba

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. Aos meus avós, Ediceia e José; ao meu tio, Diego Nobre, primeiro da família a entrar na universidade, na primeira turma de dança da Universidade Federal de Uberlândia. Seguindo seu caminho, me tornei o segundo da família a entrar na universidade. Aos meus pais, que me incentivaram a estudar e, com muito esforço, possibilitaram que eu me dedicasse exclusivamente aos estudos.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), que me disponibilizou uma bolsa de iniciação científica, sendo este trabalho resultado dessa primeira pesquisa. Aproveito também para agradecer à graduanda em História, Gabriele Silva, que me apresentou este tema durante a iniciação científica.

À minha grande amiga, Julia Alves, por seu companheirismo nesses nove anos de amizade, principalmente, por sempre ter escutado minhas lamentações e frustrações, meus projetos e objetivos ao longo da graduação e da vida. Você é sempre minha primeira referência com assuntos da vida adulta. Agraço por ter me dado a hora de ser seu padrinho de casamento, assim como em vários outros momentos da sua vida, você me colocou ao seu lado no momento mais feliz dela. Foram 1 ano e 6 meses acompanhando você organizar esse casamento e, no final, estava tudo impecável.

À minha namorada, Letícia Queiroz. Com você eu descobri o que é ter uma companheira. Aliás, a melhor companheira que eu poderia pedir. Obrigado por ser compreensível e me acompanhar nesses últimos dias antes do prazo final para entregar esta monografia.

Ao meu grupo de amigos, da 44ª turma do curso de História da UFU: Beatriz, José Guilherme, João Victor, Andressa, Ana, Marcos, Felipe Palazzo, Cristiano e Rafaela. Em especial a Isadora, Vinicius e Nathalia, por toda a ajuda que vocês me deram, pelas conversas e desabafos. Também ao nosso companheiro Guilherme, que apesar de não ser da História, está sempre junto conosco. Esse grupo foi o melhor presente da graduação, sem vocês eu não teria conseguido. Agraços pelos “roles”, pelas brincadeiras, pelo apoio e pelas viagens na Bahia, Recife e Paraty. Espero que ainda venham muitas viagens na nossa “quebrada latino-americana”.

Agradeço aos membros da banca, Lainister Esteves e Leticia Malerba, por terem aceitado o convite. Especialmente ao meu orientador, Cleber Felipe, pela paciência e compreensão. Agradeço por ter aceitado continuar com este trabalho, mesmo com o prazo curto. O processo até chegar aqui foi de muita indecisão, mudanças e momentos sem conseguir produzir nada. De fato, eu poderia ter me organizado melhor, me planejado melhor, poderia ter feito mais, afinal, estudo esse tema desde o segundo período. Mas tenho a consciência tranquila de que fiz tudo o que podia dentro das minhas possibilidades.

Sumário

Resumo.....	8
Introdução.....	9
CAPÍTULO I	13
1.1 O imaginário Medieval e o Diabo	13
1.2-O Diabo	20
1.3 As Mulheres	22
1.4 De onde provém os poderes das bruxas?.....	27
CAPÍTULO II	33
2.1 - Deus como a origem do mal e o Livre-Arbítrio.....	33
2.2 - Os diferentes tipos de males	36
Considerações Finais	50
Fontes	51
Bibliografia.....	51

Lista de Figuras

Figura 1: La Mappa dell' Inferno – Sandro Botticelli	17
Figura 2: The Last Judgment - Fra Angelico.....	18
Figura 3: Vale do Flegetonte – Gustavo Doré	19

Resumo

O trabalho discute a bruxaria e o livre-arbítrio por meio do *Malleus Maleficarum*, manual de inquisição escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, em 1486. Legitimado pela bula papal “*Summis desiderantes affectibus*”, de Inocêncio VIII, o tratado representa a mulher como agente de Satã e propõe preceitos definidores da bruxaria e dos mecanismos de punição aplicáveis. Além disso, pretende-se investigar a "licença" providencial para a existência das bruxas como argumento nuclear da obra e fundamento da doutrina do livre-arbítrio.

Palavras-chaves: *Malleus Maleficarum*, Bruxaria, Feitiçaria, Diabo, Imaginário Medieval, Livre-arbítrio.

Introdução

Pretende-se discutir as concepções de bem e de mal e a conivência de Deus para com a existência da bruxaria. Para tanto, no primeiro capítulo, buscamos contextualizar o chamado “imaginário medieval” e estudar o medo do Diabo e as mudanças no que diz respeito à representação da mulher, que chegou a ser apreendida como agente de Satã. No segundo capítulo, discutiremos alguns aspectos do *Malleus Maleficarum* na sua primeira parte intitulada “Das três condições necessárias para a bruxaria: o Diabo, a bruxa e a permissão de Deus Todo-Poderoso”. O intuito é abordar questões que envolvem os “princípios” da bruxaria, os malefícios, a influência de demônios e a maneira como a bruxaria conta com assentimento providencial. Para esse trabalho, apenas esse segundo capítulo será analisado.

O *Malleus Maleficarum* é um manual de inquisição escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, em 1486. Trata-se de um manual destinado a reconhecer, capturar, investigar e punir atos de bruxaria na Alemanha. Kramer havia solicitado permissão ao papa Inocêncio VII para punir atos protagonizados por bruxas. A permissão, por meio de uma Bula Papal, foi o que legitimou o teor da obra.

Alguns autores acreditaram que Sprenger, mestre e deão da faculdade de teologia da Universidade de Colônia, apesar de ser coautor, era apenas um colaborador que emprestou seu nome e sua influência, tendo em vista que a obra foi submetida para aprovação na Universidade da Colônia, que a recusou por julgarem que ela instigava atos “antiéticos, ilegais e contrários à doutrina católica”. Mesmo recusada pela universidade, a obra foi amplamente utilizada pelas cortes seculares e Kramer era chamado para dar palestras.¹

Confeccionada em 1484, a Bula Papal, conhecida como “*Summis desiderantes affectibus*”, determinava a investigação e a punição de atos de bruxaria, feitiçaria e heresias. Inocêncio VIII estava muito preocupado com relatos de casos de homens e mulheres que estavam “negligenciando a própria salvação” e se entregando a demônios, a *Incubus* e *Secubus* (demônios sexuais). Tal fato o levou a delegar “Nossos queridos filhos Henry Kramer e James Sprenger, professores de teologia, da Ordem dos Monges Dominicanos”

¹ A apresentação da fonte foi confeccionada com base na apresentação da edição atualizada da editora Bestbolso, que é a edição do *Malleus Maleficarum* que estamos usando aqui neste trabalho.

como inquisidores na Alemanha do Norte, determinando as aldeias, distritos, dioceses e localidades específicas onde poderiam atuar.

A bula determinava que os inquisidores possuíam autoridade apostólica para proceder com a prisão e penalização de qualquer pessoa, sem nenhum impedimento de classe. Essa autoridade não foi concedida apenas para os autores do *Malleus*, mas também para o pároco de Constance, John Gremper, ou para qualquer pessoa que estivesse acompanhada ou fosse designada por eles para agir, temporariamente, em uma determinada região. Ou seja, além da autoridade concedida para investigar e punir esses atos, eles ainda possuíam poder para delegar outras pessoas, demonstrando a confiança do Papa nos inquisidores para agir livremente, estendendo a autoridade papal concedida a eles para outros, a fim de tomarem todas as medidas cabíveis para incentivar o combate às heresias. Para garantir a autoridade para os inquisidores, o Papa determinou que o bispo de Estrasburgo anunciasse a bula e intervisse pelos inquisidores quando solicitado. Contudo, Inocêncio VIII também determina algumas regras, como, por exemplo, que ninguém poderia ser penalizado por ocorrências que já se encontrassem esclarecidas e que a pena deveria ser proporcional ao ato.

Inclusive, o manual tem esse cuidado de tentar garantir que as penas sejam proporcionais e “justas”, com base no direito canônico. Por exemplo, o documento afirma que existiriam passagens nas leis divinas que determinam que a pena de morte só deve ser aplicada quando houver a comprovação do pacto com o Diabo, “a fim de causar males e injustiças verdadeiros”, destacando que a pena só pode ser prescrita em casos de crimes graves e notórios, pois “o que se faz no mais das vezes é infringir a pena de morte da alma”. Casos menos graves deveriam ser punidos de outras formas, fazendo a distinção entre bruxaria e adivinhação, se foram feitas em público ou em sigilo e de acordo com o grau da veracidade da superstição. Se praticadas secretamente, a pena deve ser de 40 dias de penitência; se for clérigo, deve ser suspenso e confinado em um mosteiro; se for leigo, deve ser excomungado. Contudo, nesses casos, o perdão não deve ser permitido e os pecadores não poderiam se beneficiar da Santa Comunhão.²

É discutível se as cortes seculares e os inquisidores de fato levaram em consideração esses cuidados, da mesma forma como poderíamos problematizar os critérios, a pena e os métodos propostos pelo manual, tomando os devidos cuidados para

² Kramer, 2015, p. 311-313.

não incorrer em anacronismo, mas esse não é objetivo deste trabalho. Convém afirmar que a fonte selecionada não é um manual jurídico do século XXI, baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas um documento anterior à própria Revolução Francesa e às declarações dos direitos naturais dos homens. Esse mesmo manual que determina que as penas devem ser condizentes ao ato e que deve apresentar provas, também estipula que, como nos casos de Lesa-Majestade, qualquer pessoa serve como testemunha e prova do ato, por considerarem que a bruxaria é alta traição contra a majestade de Deus. Nesse caso, os acusados devem ser torturados para confessarem o ato, se considerados culpados, mesmo que tenham confessado: “há de ser supliciada, há de sofrer todas as outras torturas prescritas pela lei, a fim de que seja punida na proporção de suas ofensas”.³ Ou seja, basta que haja a afirmação de um terceiro para que a pessoa seja torturada até confessar o crime, e, olhando do século XVI, sabemos que, sob tortura, as pessoas confessam qualquer crime, independentemente se cometeram ou não.

Enfim, deixaremos para discutir essas questões sobre o manual e a bula papal em um trabalho futuro. A questão, aqui, é afirmar que esse documental papal provavelmente foi fruto de uma preocupação da Igreja com as heresias na Idade Média e uma busca pela expansão da influência eclesiástica e de seus domínios. Para tanto, ela passou a demonizar seus opositores, inclusive os reis, as crenças populares e os “bárbaros”.⁴ Para combater essas heresias que a “ameaçavam”, por volta do século XV, o imaginário dos fiéis passou a ser inundado por imagens de criaturas “sobrenaturais”, por demônios, por imagens do Inferno e pelo maligno, sobretudo após a contribuição da *Divina* de Dante Alighieri, publicada em 1472.⁵

O Papa Alexandre V também estava em estado de alerta com a bruxaria. Em 4 de setembro de 1409, o papa teria enviado uma bula ao inquisidor-geral, Ponce Fougeyron, das regiões de Genebra, Aosta, Tarantasia, Delfinado, o Condado Venassino e Avignon,⁶ na bula o papa estava preocupado com as informações prestadas pelo inquisidor de que haveria cristãos e judeus praticando novos tipos de seitas e ritos proibidos:

³ Idem, p. 316.

⁴ Sobre o assunto, ver: FRANCO JUNIOR, Hilário. “As estruturas eclesiásticas” e “As estruturas políticas”. In: **A idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁵ Sobre o assunto, ver: MALERBA, Leticia Simões. Capítulo II: A figura do Diabo no Medievo. In: **Ut pictura poesis: Dante Alighieri, Sandro Botticelli e as figurações do Diabo**. 2019. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

⁶ Essas regiões, hoje, pertencem a Suíça, Itália e França.

“Além disso, prosseguia a bula, existem nas mesmas regiões muitos cristãos e judeus que praticam bruxarias, adivinhações, invocações dos demônios, exorcismos mágicos, superstições, artes malvadas e proibidas, com as quais pervertem e corrompem muitos cristãos ingênuos; judeus conversos que de modo mais ou menos disfarçado retornam ao antigo erro, além do mais buscando difundir entre os cristãos o Talmude e outros livros de sua lei; enfim, cristãos e judeus que afirmam não constituir pecado o empréstimo com usura. É necessário manter a vigilância sobre os cristãos e judeus culpados desses erros, concluía o pontífice. Um mês depois, Ponce Fougeryon recebeu trezentos florins de ouro, que deviam permitir-lhe desenvolver de maneira mais adequada sua atividade inquisitorial.”⁷

Na bula parece que ainda permanecia um sentimento de que eram pessoas que agiam por ingenuidade. Podemos observar, nesse trecho, uma preocupação em “observar esses atos”, ao mesmo tempo o papa providencia recursos para que o inquisidor pudesse dar prosseguimento aos seus trabalhos.

A Igreja apenas passa a se incomodar de fato com a bruxaria nesse contexto de perseguição à heresia e de expansão dos seus domínios e da cristandade, provavelmente, com o objetivo de caçar crenças populares ou pessoas que não se encaixassem. O *Malleus* enfatiza que a bruxaria é uma prática promovida pelo demônio e quem a prática deve ser punida de acordo com seus atos. A bruxa acaba sendo mais um desses elementos malignos que permeavam o imaginário do medieval, apesar de a bruxa possuir um diferencial em relação a outros elementos como demônios - abordaremos isso ao longo o texto-. Provavelmente, esse era um dos fatores que assolavam e preocupavam Inocêncio VIII e, apesar do Tribunal de Inquisição e desse imaginário apenas ganhar força de fato no começo da Idade Moderna, é no período medieval que eles ganham corpo e os primeiros inquisidores aparecerem.

⁷ Ginzburg, 2012, p. 50.

CAPÍTULO I

Neste capítulo, discutiremos o Imaginário Medieval; o medo do fim dos tempos - juízo final-; a construção da figura do Diabo, que deixa de ser apenas um promotor de Deus para se tornar o centro das atenções no medievo; e as figurações da mulher. Ao longo da história ocidental, a forma como a mulher é representada passou por muitas modificações, ora retratada como algo semelhante a uma divindade, ora com desprezo. Todavia, o Cristianismo contribuiu com a figuração de um estereótipo negativo, transformando algumas mulheres em agentes de Satã.

1.1 O imaginário Medieval e o Diabo

Jean Delumeau escreve, em sua obra *História do medo no Ocidente*, como o título sugere, a mentalidade do medo no Ocidente. Sobretudo do século XIII à Revolução Industrial, o Ocidente sofreu uma escalada do medo: o medo da peste, dos soldados e das invasões. No caso da peste negra, em 1348, ela marcou o retorno das epidemias que se revezavam entre um país europeu e outro. As desgraças se acumulavam nesse período e, sendo que período entre XVI e XV, foi o período em que o medo mais se apoderou da imaginação das pessoas.⁸

Trataremos mais um pouco sobre o contexto em que o *Malleus* foi escrito e os motivos que poderiam ter levado ao papa emitir uma bula reconhecendo o trabalho dos autores do manual, mas, desde logo, é preciso reconhecer que se trata de um contexto de desgraças quando o *Malleus* foi escrito, em 1487, ou seja, 139 anos depois retorno da peste negra -enfermidade que matou um terço da população europeia e causou a crise da baixa idade média e do feudalismo.

O período também foi marcado pela Guerra dos Cem Anos, pelas cruzadas e a expansão do islamismo. Além disso, para completar o cenário de catástrofes que estavam ocorrendo, durante toda a Idade Média a Igreja profetizou o fim da história humana. Segundo Delumeau, especialmente a partir do século XIV, há uma unanimidade entre os

⁸ Delumeau, 1923, p. 205-206.

historiadores em afirmar que a partir desse momento aumentou a difusão do medo do fim do tempo, impulsionado, principalmente, pelas pregações e pelas pinturas nas catedrais.

Delumeau traz Santo Agostinho, que afirmava que o prazo para o fim do mundo era inelutável e o melhor era “se enfiar em um buraco”, seguir os comandos de Deus e esperar o fim do mundo - a salvação, nos fins do tempo, só é possível através de Deus. Um pregador de Estrasburgo, Geiler, resumiu a situação em uma pequena frase: “Salve-se-quem-puder”. De fato, esta pequena frase sintetiza o medo do juízo final na Idade Média, um desespero pela salvação diante da data que já estava marcada para tudo acabar.⁹

Uma das principais formas de transmitir essas imagens para uma população analfabeta era através das pinturas e, nesse sentido, que local melhor para representar essa imagem do que nas próprias catedrais? Porém, segundo Delumeau, entre os séculos XV e XVI, difundiam-se as imagens não só nas grandes catedrais, mas também nas pequenas capelas afastadas. Demonstrando o esforço da Igreja de levar o medo para além das catedrais dos grandes centros urbanos, incluindo assim as populações que viviam afastadas de uma tutela mais rigorosa.¹⁰

Em torno do século XIV, as representações e o imaginário vão se tornando cada vez mais trágicos, com imagens do Juiz sentado em seu trono, dos anjos com trombetas anunciando o fim do mundo, da separação entre os eleitos e não eleitos e as tormentas do Inferno. A literatura e a iconografia eram marcadas pela variedade e pelo caráter apavorante das catástrofes que atingiriam a humanidade, mostrando a severidade do Deus justiceiro e do terror infernal.¹¹

Nesse período, o anticristo atingiu muito mais pessoas do que propriamente no ano mil -virado do milênio e quando o mundo deveria ter acabado. Um dos motivos que levou a esse crescimento foram os meios de difusão através da imprensa e das pinturas, além da urbanização crescente e a formação de uma elite letrada.¹² Assim, é fácil assimilar que as pessoas buscaram uma resposta para as desgraças em um fim do mundo que se aproximava, sendo as desgraças um presságio dos pecados da sociedade que estava em pleno ritmo de acabar.

⁹ Idem, p.206.

¹⁰ Idem, p. 210.

¹¹ Idem, p. 09.

¹² Idem, p. 216.

Existiam também aquelas que declaravam que os vícios da Igreja anunciavam que o fim estava próximo. De fato, foi atribuído à igreja uma série de “vícios”, fato que, posteriormente, levou à Reforma Protestante no início da Idade Moderna. Inclusive, Lutero tinha suas próprias percepções, argumentando que o universo seria regenerado pela eternidade, criando uma espécie de paraíso terrestre, onde não haveria animais carnívoros ou cobras peçonhentas e os animais se tornariam seres amigáveis e poderíamos brincar com eles. O juízo final, para Lutero, pode ser entendido como libertação.¹³

Então, se a própria Igreja e os fiéis estavam mergulhados em pecado, a única alternativa seria criar um medo suficientemente “forte” para manter os clérigos e os leigos “na linha”. Levando o medo do juízo final, do Diabo – que ganha forma por volta do século XV- e das tormentas infernais, que foram ilustradas por Dante Alighieri, a ganharem força no período citado. Nas palavras de Delumeau:

“[...] a última prestação de contas revelou-se um meio pedagógico eficaz nas mãos da igreja para reconduzir os cristãos para o bom caminho. Portanto, não foi por acaso que a escatologia que anunciava a iminência do Juízo Final foi difundida sobretudo por aqueles dentre os homens da Igreja que estavam mais tomados pela preocupação pastoral. Isso é verdade especialmente para os grandes Reformadores protestantes.”¹⁴

Neste contexto surge uma figura capaz de concentrar todo o medo, justificar os males e as desgraças e instituir uma punição para os hereges. O Diabo como conhecemos nasce com esse papel, apesar de não ser tão simples assim. No segundo capítulo, discutiremos mais profundamente sobre a permissão de Deus para os males e o livre arbítrio, que, inclusive, é questão chave nas nossas discussões, mas resumidamente: nada acontece sem a permissão de Deus. É Deus quem permite o pecado, a atuação do Diabo e de seus agentes, como é o caso das bruxas.

Baschet afirma que não se pode compreender o homem medieval e sua vida em sociedade sem compreender o domínio dos mortos, onde cada um deve receber danação eterna ou a beatitude paradisíaca. O mundo dos vivos não seria concebido sem o além, que é parte integrante do homem medieval:

(...) O medo do inferno e a esperança do paraíso devem guiar o comportamento de cada um; e a própria organização da sociedade é fundada sobre a importância do

¹³ Idem, p. 214.

¹⁴ Idem, p. 211.

outro mundo pois a posição dominante dos clérigos se justifica, em última instância, pela missão que lhes incumbe de conduzir os fiéis até a salvação.¹⁵

Le Goff, com raciocínio correlato, afirma que as estruturas mentais do espaço e do tempo, quando uma sociedade está impregnada de religião, é o esqueleto da maneira de pensar e de viver dessa sociedade. Portanto, modificar a geografia do além, citando o autor, significa operar uma “revolução mental” e “à letra, é mudar a vida”. Portanto, quando se modifica o além, se opera uma mudança, uma revolução mental. Quando o Diabo se torna o Diabo, quando se modificam as estruturas mentais do Inferno e se cria uma geografia, um espaço possível de imaginação, a vida terrestre também é modificada.

“Numerosos estudos acabam de mostrar no campo científico a importância noção de espaço. Ela rejuvenesce a tradição da história geográfica, renova a geografia e o urbanismo. É sobretudo no plano simbólico que ela manifesta a sua eficácia. A seguir aos zoólogos, os antropólogos sublinharam o carácter fundamental do fenómeno de *território*. Em *La Dimension cachée*, Edward T. Hau demonstrou que o território é um prolongamento do organismo animal e humano, que essa percepção do espaço depende muito da *cultura* (talvez ele seja demasiado *culturalista* sobre este ponto) e que o território é uma interiorização do espaço organizada pelo pensamento. Existe nele uma dimensão fundamental dos indivíduos e das sociedades. A organização dos diferentes espaços: geográfico, económico, político, ideológico, etc., onde se movem as sociedades, é um aspecto muito importante da sua história. Organizar o espaço do seu além foi uma operação de grande alcance para a sociedade cristã. Quando se aguarda a ressurreição dos mortos, a geografia do outro mundo não é uma questão secundária.”¹⁶

O além ordena a visão medieval do mundo, um modelo perfeito ao qual se julga o mundo aqui embaixo e ordena a maneira de reger a sociedade dos homens. Por isso, Dante abandona o mundo dos vivos para estabelecer o “atlas completo das realidades humanas”. Quando Dante, o poeta do absoluto, escreve a *Comédia*¹⁷ ele altera a noção de espaço, cria uma geografia do Inferno e uma estrutura penal no fogo infernal. No momento em que Dante cria uma persona para o Diabo e um local, uma geografia do além, ele cria uma certa materialidade que se torna perceptível para a uma população analfabeta e que não entendia os textos e sermões – que, durante muito tempo, foram elaborados em latim-, possibilitando que a Igreja interferisse no imaginário medieval. É importante dizer que Dante não inova com a *Divina Comedia*, o que ele faz é organizar as ideias que já estavam pairando na

¹⁵ Baschet, 2006, p. 374.

¹⁶ Le Goff, 1995, p. 18.

¹⁷ Originalmente o nome era apenas “Comedia”, postumamente que “Comedia” foi inserido na obra de Dante.

sociedade, porém, até então, o Inferno, o Diabo, o medo do fim do mundo, o além e a punição desses pecados no *post-mortem* eram ideias totalmente abstratas. A materialização do Inferno tornou palpável essas ideias, tornando possível que o além e o Diabo fossem melhor representados nas pinturas e nas paredes das capelas. Dante também inovou renunciando ao latim, a língua dos intelectuais, e escrevendo na linguagem popular de Florença, fato importante levando em consideração que assim como os grandes poetas da antiguidade (Virgílio, Homero etc.), a *poesis* de Dante é escrita forma que pudesse ser lido em voz alta de forma teatral.

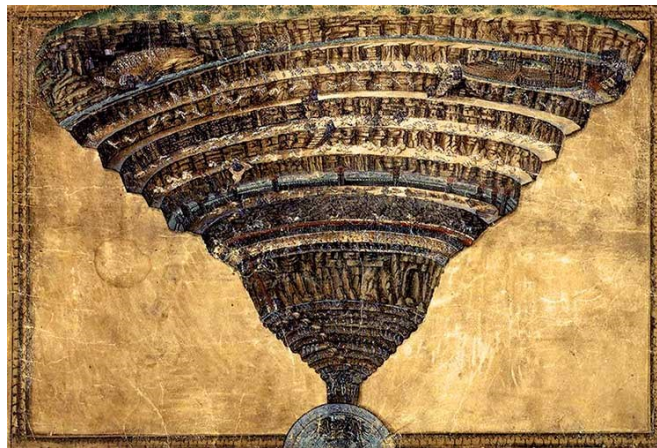


Figura 1: La Mappa dell' Inferno – Sandro Botticelli

Descrição: O inferno de Dante tem o formato de um funil, que se formou quando Lucifer cai dos céus e colide com a terra. São nove níveis diferentes, cada nível é dedicado a penação de um pecado. Lúçifer se encontra no último círculo e, quanto mais próximo de Lúçifer, pior é o martírio. Paralelamente ao inferno, no outra ponto fica o purgatório, que se formou com a terra que se deslocou com a colisão de Lúçifer.



Figura 2: The Last Judgment - Fra Angelico.

Descrição: Os círculos do inferno. A pena é sempre equivalente ao pecado, que é por definição, seguindo uma linha Aristotélica, o excesso de algo, sendo a pena esse “algo” igualmente em excesso. Lucifer está no último círculo, aplicando a penação em Judas, Brutus e Cassius, os três maiores traidores da humanidade, que é, para Dante, o maior dos pecados, por isso o Diabo se encarrega da pena pessoalmente.



Figura 3: Vale do Flegetonte – Gustavo Doré

Descrição: Dante e Virgílio no sétimo círculo do Inferno (Vale do Rio Flegetonte), nesse círculo se encontra aqueles que foram violentos com outros.

Le Goff aponta que as penas do além tem sido um instrumento poderoso nas mãos da Igreja, sendo o imaginário do além uma arma política poderosa. Afinal, que ameaça seria mais eficiente do que o medo das punições eternas no fogo do Inferno? Tratar dos pecados é sustentar um discurso sobre a boa ordem social. Baschet elogia a capacidade da Igreja de modificar-se, de se adaptar às realidades sociais em permanente transformação. Por fim, Dante concede o toque final, com a geografia do inferno que permite que as punições tomem um significado ainda mais profundo, em vista que ele caracteriza e classifica a punição infernal. Assim, o controle da mentalidade do além significa, sobretudo, um controle social e político extremamente eficiente, não sendo possível pensar a sociedade medieval sem pensar as estruturas mentais do além.

Ao se deparar com a morte, a maioria das pessoas, ou, pelo menos, aquelas adeptas do monoteísmo abraâmico, buscam refúgio no imaginário do além para reconfortar a morte. De fato, é reconfortante pensar que “nem tudo fica perdido com a morte”,¹⁸ que a vida não se encerra ali e que você poderá encontrar seus “entes queridos” novamente no além. Na morte de uma pessoa próxima isso faz uma diferença enorme, principalmente nos

¹⁸ Le Goff, 1995, p. 15.

momentos de “*ante-mortem*”. Em uma sociedade impregnada pela religião, as estruturas do além ganham uma conotação profunda.

Quanto à metodologia, especificadamente sobre a análise da mentalidade, recorreu-se à maneira como Carvalho analisou o *Elucidarium*, de Honorius Augustodunensis. Acreditamos que em uma sociedade em que o controle da mentalidade significa o controle da vida, como já foi explicitado aqui, não é possível pensar o social, o político e a mentalidade como destoantes, mas sim como eixos que se completam e interferem uns nos outros. Dessa forma, as estruturas medievais só fazem sentido se pensadas nesses eixos,¹⁹ por isso, acompanharemos Carvalho em seu exercício. Para esclarecimento, é importante trazer o que o autor entende por imaginário:

“De pronto é necessário demonstrar o que entendemos por imaginário. Entendemos por imaginário uma superestrutura simbólica que é reificada na estrutura da práxis por meio dos processos formadores – performados coletivamente pelos diversos atores e clivagens sociais – do *ethos*, da ética, da moral, da política e da cultura. Ou seja, o imaginário é a tela onde um dado corpo social pinta suas percepções acerca de sua realidade simbólica e material. Tela essa que se aproxima mais a um reflexo de luzes do que propriamente a uma pintura, posto ser mutável, instável e pluriperceptível. O imaginário é senão a percepção de um dado grupo de sua realidade tangível onde suas concepções acerca de suas vicissitudes e devires físicos se imiscuem às suas esperanças e necessidades metafísicas, criando, assim, uma realidade onde aquilo em que se crê possui uma valia semelhante àquilo que de fato é. O imaginário é o palco onde o homem, ator social máximo, performa seus papéis *de facto*, *de natura*, *de anima* e *de spiritu*. Em suma, é aquilo que se apreende do real pelas lentes da razão, da percepção e da crença.”²⁰

1.2-O Diabo

Dentro da escatologia cristã, o Diabo desempenha o papel de colocar os pagãos como demoníacos. Não só a figura do diabo, mas na forma como um todo que se organiza a vida *post-mortem*, organização essa que tem objetivos políticos e de expansão da cristandade medieval.²¹ Além disso, Rocha afirmou, em seu minicurso, que a Igreja levanta

¹⁹ Claro que estes três eixos não esgotam todas as estruturas medievais, nem este trabalho tem essa pretensão, em vista que são mil anos de História, mas é o suficiente para o que se pretende aqui.

²⁰ Carvalho, 2008, p. 100.

²¹ Le Goff, 1995, p. 18.

a questão diante do aumento dos contatos comerciais.²² Ou seja, ela precisava combater a heresia proveniente desses contatos -ou mesmo para fazer o trabalho ao contrário e usar essas rotas para a expansão da cristandade.

O Diabo, como o conhecemos, teria aparecido na mudança de pensamento sobre Deus, isso é, segundo Carvalho, quando Yahweh deixa de ser um deus primitivo dos hebreus para se tornar onipresente e onisciente, “comandante do universo”. Basicamente, podemos dizer que é quando Yahweh se estabelece como um deus único e supremo, estabelecendo o monoteísmo, deixando de ser apenas um deus para se tornar *o Deus*.

A primeira aparição de Satã como princípio do mal é em Crônicas (*I Crônicas 21: 1*), tentando Davi: “*Então Satanás se levantou contra Israel, e incitou Davi a numerar a Israel.*” E essa passagem teria, ainda, paralelo em Samuel, porém desta vez seria o próprio Yahweh que tentaria Davi: “*E a ira do Senhor se tornou a acender contra Israel; e incitou a Davi contra eles, dizendo: Vai, numera a Israel e a Judá*”. Já em Jó (*Jó 1:7*) Satã aparece como um ente distinto: “*Então o Senhor disse a Satanás: Donde vens? E Satanás respondeu ao Senhor, e disse: De rodear a terra, e passear por ela.*”²³

O autor estabelece que, em Crônicas e Samuel, ocorre uma ruptura do pensamento que Deus seria o provedor de tudo, estabelecendo Satã como a corporificação do mal. Desenvolveremos isso melhor posteriormente. Em Jó, Satã seria um membro do concílio divino, uma espécie de promotor que observa as ações humanas.

Na verdade, a confusão se dá pelo fato de que Satã é um título, que seria essa figura encarregada de ser o promotor de Deus, de promover a tentação e desafiar os homens. Mesmo os demônios, dentro da cosmologia cristã, seriam anjos encarregados de testar a fé dos humanos por mando do próprio Deus. Apenas quando os teólogos do cristianismo estabelecem que Deus não poderia ser o provedor do mal, que Satã se torna essa figura que personifica o mal. Satã se torna aquele que se opõe a Deus, junto com a sua legião de demônios, que tentariam os humanos. Segundo Amaral,²⁴ na tradição clássica existiram os “*daemones*”, que não seriam seres maus, seriam apenas transmissores das vontades dos deuses e o demônio do antigo testamento seriam seres que agem, muitas vezes, a seu próprio mando, agindo como anjos de Javé, mesmo que isso signifique a dor, a morte, a perseguição e o mal. Como Javé é o criador de tudo, o demônio seria o próprio Javé.

²² Contatos comerciais levam ao desenvolvimento de contatos sociais e a troca de culturas com os hereges.

²³ Carvalho, 2008, p. 99-128.

²⁴ Amaral, 2011, p. 421-434.

Mais adiante, Carvalho lembra que no próprio livro de Adão e Eva, Lúcifer seria o primeiro dos anjos, contudo ele quis ser maior que o próprio Deus.²⁵ Já em *Enoch* (I Enoch 1:1), os anjos teriam caído por cobiçarem as mulheres humanas. Só com o *Hexaplorum* de Orígenes que a queda seria ligada a uma leitura alegórica de *Gênesis*, em que a queda teria ocorrido antes da criação da humanidade, colocando os homens dentro de um embate entre anjos e demônios.

A mudança na figura do Diabo está muito ligada as mudanças da Igreja. O combate entre o bem e o mal teria feito na terra uma extensão do império de Deus, isso teria servido para os religiosos e para os governantes que desejavam uma Europa unificada.²⁶ Nos primórdios da Idade Média, a Igreja teria negado diversos aspectos da civilização romana para se aproximar dos germanos. Aparentemente, o desejo de uma Europa unificada teria sido um desses aspectos que a Igreja carregou do império romano. Mesmo pelo fato de que desde meados do século II a Igreja via a necessidade de se consolidar uma monarquia eclesiástica que protegesse a unidade: um só Deus, uma só fé, uma só igreja.²⁷

1.3 As Mulheres

Em um primeiro momento, a Igreja sequer se incomodou muito com a presença de “bruxas” e “feiticeiros”, que promoviam curas, atiçavam doenças, previam o futuro ou protegiam as colheitas e os animais nas pequenas comunidades rurais, considerando apenas como uma ilusão diabólica. No caso da evocação de espíritos e a adivinhação, eram práticas de clérigos, universitários e letrados, apesar de serem consideradas feitiçaria. No início do século X, o cânone *Episcopi* e o Decreto de Graciano, consideraram que aqueles que se entregam aos espíritos malignos estavam sendo ludibriados por falsas crenças e que deveriam ser instruídos, não eram “servidores” perigosos de Satã que precisavam ser eliminados. Somente com a intensificação das lutas contra a heresia, no século XII e XIII, que a Igreja passa a se ocupar, de fato, do combate a bruxaria, afirmando

²⁵ Satã nunca pode ser equiparado a Deus. Satã, por ser um anjo caído, está acima dos humanos e abaixo de Deus. Inclusive, o que estamos desenvolvendo neste trabalho é justamente o ponto que o Satã não pode agir sem a proveniência de Deus.

²⁶ Cerqueira, 1988 c1986, p. 67-69.

²⁷ Franco Junior, 1948, p. 67-69.

que o Diabo presidia as reuniões dos hereges, que consideravam Lúcifer como o verdadeiro Deus. Em 1258, Alexandre IV atribui aos inquisidores o papel de punir a feitiçaria. Em 1437 começam a aparecer tratados atrelando a feitiçaria a uma prática feminina, assassinatos, rituais com crianças, canibalismo e reuniões secretas para encontros com Satã e para a prática desses rituais.²⁸

Segundo Delumeau, o antijudaísmo e a caça aos feiticeiros coincidiram: ambos teriam sido colocados pela igreja e pelos juízes leigos como inimigos e agentes de Satã. Mas assim como a igreja não se incomodou muito, em um primeiro momento, com a presença de bruxas, a forma como os homens retratavam as mulheres foi se alterando e alternando entre a admiração, a repulsa e a hostilidade. Sendo em um primeiro momento associada à deusa da fecundidade ou à deusa da sabedoria, Atenas. Para citar um exemplo cristão, temos a mulher sendo representada na figura da Virgem Maria.²⁹ Inclusive, a principal representação da mulher no cristianismo é justamente a de uma mulher virgem, intocada e imaculada, ao contrário das bruxas, que se relacionavam com demônios e enfeitiçavam e seduziam os homens para cometessem o pecado da traição, quando não adentravam em seus sonhos, principalmente nos homens laicos que “sofriam” com a poluição noturna.

Assim como a Virgem Maria, o ideal de mulher era a mulher virgem e pura: “Virgindade e castidade preenchem e povoam os assentos do paraíso”³⁰ sendo que, ao longo da Idade Média ou mesmo da História Ocidental, incluindo a contemporânea, existiria uma obsessão com a sexualidade feminina e com a virgindade das mulheres. Na Idade Média se afirmava que elas praticavam atos sexuais com demônios e atentavam contra homens comprometidos, retirando sua libido e arruinando casamentos. Muitas dessas questões envolvendo a prática sexual teriam relação com a primeira mulher, Lilith, que teria sido expulsa do Paraíso por desejar ficar em uma posição de superioridade durante o ato sexual com Adão. Depois disso, ela teria se tornado uma espécie de demônio sexual que atormenta os homens. Além de existir, também, a tese de que os anjos teriam caído por

²⁸ Baschet, 2006, p. 240-242.

²⁹ Delumeau, 1923, p. 310.

³⁰ Idem, p. 316.

desejarem mulheres.³¹ Já no caso de um acasalamento entre uma mulher e um *Incubus*, o resultado poderia ser um humano, porém, esse filho não seria exatamente filho do demônio, mas sim do homem que “substituiu” a semente.

Outro exemplo da representação dúbia da mulher, dessa vez na literatura, é a de Beatriz, figura feminina que guia Dante pelo Paraíso. Nota-se que quem guia Dante pelo Inferno é o poeta Virgílio, um homem que se encontra na porta de entrada do além por ter nascido antes de Cristo e assim não ter tido a graça da salvação por Cristo, assim como vários outros da Antiguidade que foram homens “bons”, mas que não tiveram essa graça, como é o caso de Aristóteles. Além de Dante ter escolhido uma mulher para guiá-lo pelo Paraíso, no Inferno Dante não se encontra com nenhuma mulher, apesar de que isso tem a ver com a própria construção do inferno de Dante e a sociedade patriarcal da época, já que o poeta, que era um político com uma vida agitada em Florença, se dedicou a posicionar seus inimigos políticos e até mesmo seu mentor no Inferno, de acordo com o pecado que ele identificou nesses homens. Porém, ainda assim é destacável a presença de uma figura feminina com essa importante tarefa. Seguindo o modo de Dante de trazer à tona figuras conhecidas, suas referências e seus inimigos, não se sabe ao certo quem era Beatriz, mas uma das hipóteses é que era um antigo amor de Dante. Ou seja, considerando essa hipótese, Dante não teria só encarregado uma mulher dessa tarefa, mas teria trazido um antigo amor feminino para isso.

Todavia, nem sempre a mulher é retratada dessa forma: As mudanças na forma como a mulher é retratada tem a ver, segundo Delumeau, com o medo que os homens sentiam do outro sexo, principalmente nas sociedades patriarcais. O medo das mulheres não foi uma invenção do cristianismo, o cristianismo apenas potencializou esse sentimento. Nesse sentido, um dos pais da Igreja, Santo Agostinho, afirmava que todo ser humano possui uma alma espiritual assexuada e um corpo sexuado, sendo que no homem o corpo reflete a alma e o homem é plenamente a imagem de Deus, porém isso não ocorre com a mulher, que é semelhante a Deus apenas em sua alma, sendo o corpo um obstáculo permanente ao exercício da razão. Como a mulher seria inferior ao homem nesse quesito, então ela deve ser submissa a ele.³²

³¹ Sobre o assunto, ver o artigo: WITZLER, Nara Barrozo. MULHERES, DEMÔNIOS E BRUXAS: O feminino retratado por demonólogos espanhóis dos séculos XVI e XVII. **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. UNIFESP, Campus Guarulhos, Guarulho, 2018.

³² Delumeau, 1923, p. 317.

Observem a diferença como o corpo da mulher é tratado, enquanto o homem é fisicamente a imagem e a semelhança do próprio ser divino e perfeito, já a mulher não, naturalmente inferior e impura em seu corpo, podendo ser mais propensa a pecados. Claramente, isso demonstra o que estamos abordando aqui do o medo do corpo feminino, buscando na “imagem e semelhança de Deus” um argumento para manifestar sua repulsa.

São inúmeros os relatos envolvendo a depravação sexual e a sedição por parte das mulheres, colocando-a como propensa a se entregar ao pecado, devido a inferioridade e impureza de seu corpo, que é diferente do corpo do criador. Segundo Delumeau, a sexualidade seria o pecado por excelência e essa equação teria pesado fortemente na História cristã.³³ Mas seguindo essa lógica de Agostinho, já temos aqui um forte elemento para o argumento de que as mulheres teriam maior propensão ao pecado -abordaremos esse assunto ao longo do trabalho-, sobretudo há aqueles que remetem a sexualidade e a luxúria. Além dos argumentos de que a mulher deve ser submissa e obediente ao homem.

No caso, o fato da necessidade da mulher se deixar governar pelo homem e se manter obediente, era para mantê-la ocupada e prevenir que caíssem em depravação, sendo essa preocupação muito presente nos sermões dos séculos XIII. O missionário Franciscano São Bernadinino de Siena (1380-1444) escreveu que os homens deveriam ocupar as mulheres com as tarefas da casa, como varrer, lavar as tigelas, lavar as roupas e cuidar das crianças. Mesmo nos casos em que a tarefa possa ser realizada por uma criada, há necessidade de manter as mulheres ocupadas, não deixando comodidades, para que ela não tenha tempo de ir à janela e passe por sua cabeça “ora uma coisa, ora outra”:

“É preciso varrer a casa? - Sim. Sim. Faze-a varrê-la. É preciso lavar de novo as tigelas? Faze-a lavá-las. É preciso peneirar? Faze-a peneirar, faze-a então peneirar. É preciso lavar a roupa? Faze-a lavá-la em casa. Mas há a criada! Que haja a criada. Deixa fazer a ela (a esposa), não por necessidade de que seja ela que o faça, mas para dar-lhe exercício. Faze-a vigiar as crianças, lavar os cueiros e tudo. Se tu não a habituas a fazer tudo, ela se tornará um bom pedacinho de carne. Não lhe deixes comodidades, eu te digo. Enquanto a mantiveres atenta, ela não permanecerá à janela, e não lhe passará pela cabeça ora uma coisa, ora outra”.³⁴

³³ Idem, p. 316.

³⁴ Citado e traduzido por P. Monnier, *Le Quattrocento*, 2 vol., Paris, 1924: II, p. 198. **Apud:** Delumeau, 1923, p. 320.

Delumeau relata que apontamentos como esse, de Santo Agostinho e de Santo Ambrósio, posteriormente foram endossados pelo Decreto de Graciano, a principal fonte sobre o direito da Igreja:

"Essa imagem de Deus está no homem [= Adão], criado único, fonte de todos os outros humanos, tendo recebido de Deus o poder de governar, como seu substituto, porque é a imagem de um Deus único. É por isso que a mulher não foi feita à imagem de Deus". Graciano endossa em seguida o texto do pseudo Ambrósio: "Não foi sem motivo que a mulher foi criada, não da mesma terra de que foi feito Adão, mas de uma costela de Adão [...]. Foi por isso que Deus não criou no começo um homem e uma mulher, nem dois homens nem duas mulheres; mas primeiro o homem, em seguida a mulher a partir dele".³⁵

Outro pai da igreja, Santo Tomás de Aquino, também fez apontamentos sobre a inferioridade natural das mulheres, para o autor, o homem abunda, naturalmente, de mais discernimento e razão. Além disso, acrescentou que é o homem quem desempenha o maior papel na gestação, cabendo a mulher apenas ser o receptáculo.³⁶ Dessa forma, Tomás de Aquino retira o protagonismo da mulher e deposita no homem, removendo a única coisa que poderia ligar o corpo feminino a uma certa divindade, como muitas vezes ocorria nas religiões politeísta, abrindo caminho para o total desprezo do corpo feminino. Trazendo um terceiro pai da igreja, Tertuliano, demonstra seu total desprezo pela maternidade, em um texto sobre a monogamia. Segundo Delumeau, o autor demonstra até náuseas e repulsa das mulheres grávidas, dos seios e das crianças berrando. Nem o casamento fugiria de Tertuliano, preferindo que as mulheres se mantivessem virgens do que se casassem.³⁷

Para Tomás de Aquino, existiria apenas um sexo: o masculino. A mulher seria um macho deficiente, mais "débil" e marcada pela imbecilidade, não sendo por acaso que a mulher teria cedido as tentações -referindo-se, provavelmente, ao pecado original. Dessa forma, a mulher precisaria do homem não somente para reproduzir, mas também para se deixar ser governada pelo homem, que é "mais perfeito por sua razão e mais forte em virtude".³⁸

Curiosamente, ao mesmo tempo em que os homens demonstram repulsa pelo corpo feminino, são inúmeros os relatos envolvendo sexualidade e a sedução dos homens por

³⁵ Graciano, ed. Friedberg, I, 1254 e 1256. **Apud:** Delumeau, 1923, p. 317.

³⁶ Delumeau, 1923, p. 317.

³⁷ Idem, p. 317.

³⁸ Idem, p. 317.

parte das mulheres e das bruxas -como já comentamos aqui-, como se a própria repulsa não fosse um resultado das frustrações sexuais masculinas com relação as mulheres.

“Seres sexualmente frustrados que não podiam deixar de conhecer tentações projetaram em outrem o que não queriam identificar em si mesmos. Colocaram diante deles bodes expiatórios que podiam desprezar e acusar em seu lugar.”³⁹

Então em resposta a um desejo sexual reprimido, elegeram as mulheres para serem culpadas pelos desejos que os próprios homens sentiam. Assim, um monge que sentisse desejos sexuais -lembrando que os clérigos deveriam permanecer em castidade- ou um homem que sentisse desejos fora do matrimônio, poderiam atribuir as mulheres, nos demônios e nos atos de feitiçaria a culpa por esses “desvios”, chegando até mesmo a provocar a punição dessas mulheres através que dos processos inquisitoriais.

A imagem das mulheres foi sendo minada e construída no sentido de colocar a mulher como serva do próprio satã. Os clérigos - muitos deles sofriam de poluição noturna-, para não se deixarem “cair na tentação”, incessantemente classificavam o sexo oposto como perigoso e diabólico. Segundo Delumeau, no século XIII os sermões, que ele classifica como meio mais eficaz de difusão do cristianismo no período, se esforçaram para penetrar o medo das mulheres na mentalidade medieval, confundindo a vida dos clérigos e dos leigos, a sexualidade e o pecado, Eva e Satã. Porém, o autor destaca que eles não faziam, neste período, muito mais do que explorar uma doutrina que já existia e muito tempo na mentalidade, apesar de agora contarem com um importante aliado que propagava o ódio contra as mulheres e os judeus, além de difundirem o medo do fim do mundo.⁴⁰ Esse importante aliado foi a imprensa. Elemento essencial para penetrar essas angústias na mentalidade de forma inédita.

1.4 De onde provém os poderes das bruxas?

³⁹ Idem, p. 320.

⁴⁰ Idem, p. 322.

Iniciando nossa revisão pelo manual, a primeira pergunta que deve ser feita é: de onde provém os poderes das bruxas? Elas não são seres celestiais e, portanto, não detêm nenhum poder. Então, seriam habilidades concedidas por Deus? Afinal, Deus é onipotente e comandante máximo do universo, ou seja, somente ele seria capaz de conceder poderes e toda e qualquer ação só poderia ocorrer com a permissão de Deus.

Segundo o *Malleus*, os demônios utilizam as bruxas para concretizar feitos maléficos, eles não conseguiriam produzir “qualquer forma” sem o auxílio de outros agentes, muito menos produzir danos físicos.⁴¹ Por isso, seria necessária a ação das bruxas, pois os demônios seriam capazes de produzir apenas ações metafísicas, não sendo capazes de produzir nenhuma ação física ou atentados físicos. Essas ações metafísicas são capazes de induzir um indivíduo a praticar pecados, mas é necessário que haja uma propensão para tal. As bruxas seriam apenas instrumentos ou ferramentas acionadas pelos demônios, contudo, essa explicação não é suficiente, pois seria necessário que houvesse uma pré-condição que levasse as bruxas a praticarem o mal.

Por ser um manual, a obra estabelece um debate sobre diversas perspectivas, trazendo argumentos e tentando chegar a um ponto em comum, rechaçando alguns e reforçando outros, exatamente como faz um manual jurídico. Nesse sentido, Santo Agostinho seria uma voz destoante da perspectiva de que os demônios precisariam das bruxas. Os demônios utilizariam as bruxas não por precisarem delas, mas por buscarem a sua perdição.⁴²

Contudo, como nem tudo pode ser atribuído aos demônios, o manual também se incube de debater até que ponto os demônios seriam capazes de determinados atos ou se os humanos seriam capazes de atos maléficos:

[...] “É impossível crer que anjos caídos do Céu sejam obedientes a qualquer outra coisa material, porquanto não de obedecer a Deus tão somente.” E os homens, por seu poder natural, pouco conseguem realizar em termos de efeitos extraordinários e malignos. É preciso responder aos que, ainda hoje, erram fundamentalmente nesse ponto, fazendo a apologia de bruxas e atribuindo toda a culpa às habilidades do Demônio, ou atribuindo as alterações por elas provocadas a fenômenos naturais.”

⁴³

⁴¹ Kramer, 2015, p. 368-369.

⁴² Idem, p. 371-375.

⁴³ SANTO AGOSTINHO. De Civitate Dei. Sétima Parte. **Apud:** KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras “Malleus Maleficarum”**. Tradução: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015. p. 391-393

A questão central é que nada pode ser feito sem a permissão de Deus; como um ser onipotente e onipresente, nada ocorre sem sua permissão. Os demônios e as bruxas só podem agir se assim Deus permitir. Os demônios são anjos, eles são melhores do que os humanos e inferiores a Deus, se os demônios, que eram seres celestiais, só podem agir com a permissão de Deus, seria possível um humano agir contra as Escrituras? Esse questionamento reforçaria a tese de que as bruxas só agiriam por intermédio dos demônios, porém, não seria possível incumbir a culpa de tudo aos demônios e, como já afirmado, os demônios só influenciam, é necessário que haja uma pré-condição.

Poderia se dizer que as bruxas são meros instrumentos dos demônios e, por isso, não devem ser punidas, mas o *Malleus* destaca que esse argumento não pode ser utilizado com essa prerrogativa. As bruxas seriam, apesar de instrumentos, livres para se entregarem aos demônios:

“[...] e estou a me referir a mulheres que foram condenadas e queimadas vivas na fogueira e que foram compelidas a dar livre curso à sua cólera e à sua maldade caso desejassem escapar dos castigos e golpes infligidos pelo Diabo —, essas mulheres cooperaram com o Demônio tendo a ele se entregado, a princípio, por sua livre e espontânea vontade.”⁴⁴

Destacamos a afirmação de que as bruxas teriam se entregado à “sua cólera” quando queimadas na fogueira, nessa afirmação, o manual poderia estar justificando seus próprios atos, em vista que ele também estabelece um debate se seria justo ou não determinadas penas. Poderíamos pensar se seria justo queimar uma pessoa viva, por isso ele adianta essa questão dizendo que as bruxas simplesmente se entregaram aos castigos e a malde do Diabo por livre vontade e, portanto, o castigo seria um mero efeito de sua própria vontade.

Se são as bruxas que se entregam para o Diabo, para que tal ato ocorra seriam necessários quatro elementos: renúncia da Fé ou a negação dos dogmas da igreja; dedicação à prática do mal; oferta de crianças não batizadas a Satã - essas são “impuras” e não podem entrar no Paraíso -; e, por último, se entregar aos atos carnis e obscenos com íncubos e súcubos.⁴⁵ Além da renúncia da fé, que não necessariamente precisa ser uma renúncia declarada, mas simplesmente não seguir corretamente, mesmo que por

⁴⁴ Kramer, 2015, p. 412-413.

⁴⁵ Idem, p. 457-458.

ignorância, determinados dogmas da Igreja. A prática do mal estaria diretamente condicionada a essa obsessão com a vida sexual das mulheres e a tentativa de controlar e punir as mulheres e seus corpos.

A causa da depravação não estaria no Diabo, mas sim no próprio humano que agiria de acordo com suas próprias vontades. Assim, as bruxas entrariam em pecado de acordo com suas vontades: “logo, a causa de sua depravação não há de residir no Diabo e sim na vontade humana”. Os humanos seriam providos de livre-arbítrio e o Diabo não poderia interferir. Em outras palavras, a entidade não pode ser o fator que leva ao pecado, a prática é inteiramente de responsabilidade do humano dotado de liberdade: “Nem todos os nossos pensamentos malévolos são determinados pelo Diabo: alguns surgem durante a operação de nosso próprio julgamento.”⁴⁶

Se o Diabo e Deus não podem ser a causa do mal, quais outros fatores levariam as bruxas a cometerem o mal? *Malleus* traz o argumento daqueles que acreditam que a explicação estaria nos astros ou corpos celestes. De acordo com este argumento, os astros influenciariam os demônios, e um exemplo disso é que, aparentemente, os “lunáticos” seriam molestados pelos demônios com maior frequência em determinadas épocas do ano. Logo, seria lógico pensar que também influenciariam os humanos na sucessão dos malefícios.

Os argumentos contrários, por outro lado, dizem que os atos das bruxas não podem ser feitos sem o auxílio dos demônios. Os malefícios, como a perturbação de elementos e a influência dos homens, não poderiam ser causados pela influência dos astros com a mera intermediação dos homens. Nessa linha, novamente argumenta-se que os humanos agem de acordo com sua própria vontade e, se existe algum precedente que leva a prática do mal, que seria o próprio Diabo, não podendo os astros interferirem em nada. Da mesma forma, o princípio do bem estaria em Deus.

Então os humanos seriam dotados de livre-arbítrio, mas o Diabo conduziria ao caminho do mal?

“Logo, vê-se que reside no poder do Diabo o princípio influenciador da vontade, que é, diretamente, a causa do pecado. Para que um homem se decida entre dois caminhos é sempre necessário, antes de optar por um dos dois, que exista algum fator que determine sua decisão. E o homem, pelo seu livre-arbítrio, pode escolher entre o bem e o mal. Portanto, quando se entrega ao pecado, terá necessariamente

⁴⁶ Idem, p. 566-569.

sofrido a influência de um princípio determinante que o fez enveredar por esse caminho. Parece que tal influência é exercida mormente pelo Diabo, sobretudo pelas ações das bruxas, cuja vontade está a serviço do mal. Parece, assim, que a vontade maligna do Diabo é a causa da vontade maligna no homem, e, especialmente, nas bruxas. Podemos ainda consubstanciar esse argumento: assim como os anjos do bem se voltam para os atos benévolos, os anjos do mal se voltam para os malévolos, e enquanto os primeiros conduzem o homem à maldade, os segundos conduzem-no à perversidade. “Pois”, diz Dionísio, “a lei férrea e imutável da divindade determina que os inferiores têm sempre a sua causa nos superiores.”⁴⁷

Já afirmamos que o Diabo não pode interferir no livre arbítrio, ao mesmo tempo que ele não pode ser o responsável por todo o mal, sendo os humanos responsáveis inteiramente por suas ações, inclusive, por trilhar seu próprio caminho para a salvação - isso é importante, pois coloca o humano no palco da disputa entre anjos e demônios.

O *Malleus* também refuta e classifica como heresia a ideia de que seria destino das mulheres se tornarem bruxas, pois colocaria a culpa de todo mal em Deus - apenas ele poderia determinar algo como o “destino” - e poderia anular a culpabilidade dos envolvidos. As obras das bruxas estariam fora da ordem da natureza, não estando sujeitos a alguma ideia de destino, mas sim a outros fatores.⁴⁸

Se Deus, o destino, os astros e o demônio não podem ser considerados culpados, então de quem seria a culpa? Quem concederia a permissão para a prática da bruxaria? O *Malleus* insiste na ideia de que as ações malignas precisam estar alinhadas com as forças malignas e que esses atos não podem ser causados apenas pela malícia humana. As ações não podem ser feitas senão pelas mãos dos poderes demoníacos:

“Cumpro provar, primeiro, que os atos de bruxaria não decorrem apenas da malícia humana, por maior que esta seja. Pois que a malícia de um homem pode ser habitual – quando este, pela prática frequente, adquire um hábito que o induz ao pecado (e não por ignorância, mas por fraqueza, caso em que peca pela sua perversidade). Ou pode ser malícia real, pelo que se faz menção à opção deliberada pelo mal, que é o pecado contra o Espírito Santo. Mas em nenhuma dessas instâncias o ser humano é capaz, sem o auxílio de alguma força superior, de promover, através de fórmulas mágicas, a mutação dos elementos, ou prejudicar o corpo físico dos homens e dos animais. E provemos isso, primeiro, quanto às causas, e, segundo, quanto aos efeitos das bruxarias.”⁴⁹

Resumindo, é necessário que haja interferência dos demônios para que ocorra um ato maligno, contudo, o demônio não pode ser o culpado de despertar o mal nas bruxas,

⁴⁷ Idem, p. 578-582.

⁴⁸ Idem, p. 610, 611 e 618.

⁴⁹ Idem, p. 632-634.

pois ele não pode interferir no livre arbítrio, sendo o responsável, meramente, por causar a decadência das pessoas, por induzir a malícia e fornecer os meios sobrenaturais. E como dotadas de livre arbitre, elas são livres ou não para se entregarem ao demônio, sendo inteiramente responsáveis pelos seus atos e suscetíveis as punições dos inquisidores. Essa explicação ainda não sustentaria como os humanos poderiam se voltar contra uma força onipotente e onipresente, sendo que até mesmo os demônios são inferiores a Deus. Nada poderia acontecer sem a permissão daquele que não pode ser a causa do mal, nada aconteceria sem a permissão de Deus. Então seria Deus a origem do mal? Seria inverossímil atribuir o mal a uma divindade da qual provém todo o bem, por isso a necessidade de se atribuir o mal a forças malignas como bruxas e demônios.

CAPÍTULO II

No segundo capítulo discutiremos, de forma mais aprofundada, a origem do mal, o livre-arbítrio e os diferentes tipos de males. Se nada acontece sem a permissão de Deus, então, Deus é a origem do mal? Deus permite os atos de bruxaria? Deus é o criador do universo, porém, os pais da igreja se esforçaram para colocar o mal como ausência do bem, ou seja, todas as criações de Deus são boas, já o mal não é “algo”, ele é a falta de algo, é a corrupção do “bem” criado por Deus. O humano, por sua vez, é livre para escolher pecar ou não, mas o único caminho possível para a felicidade é Deus.

2.1 - Deus como a origem do mal e o Livre-Arbítrio

Com a passagem de um deus primitivo para um Deus que seria a origem de tudo que é bom,⁵⁰ que é perfeito e supremo, passou a ser estranho que esse Deus também fosse a origem do mal, então os teólogos da igreja medieval personificaram o mal em outra figura: Satã. Para Amaral, como o Cristianismo criou um Deus bom e único, ele não poderia ser o criador do mal, apesar de ser a origem de tudo. Assim, os pais da Igreja teriam criado o mal como ausência de Deus e ausência de bem, conceito que teria origem da tradição clássica de Platão:

[...] que insiste que o mundo ideal, em contraposição ao mundo dos fenômenos, é bom e perfeito. Sendo o presente mundo um reflexo nebuloso, imperfeito em relação ao mundo das ideias, ele é mal em razão da ausência daquela realidade essencial e boa. Mas, para a esmagadora maioria das pessoas que simplesmente viviam, sentiam o mal, longe que estavam das complexas elucubrações filosóficas e teológicas, que de nada mesmo o serviriam, o mal não podia ser simplesmente entendido e, sobretudo, sentido como uma ausência, e tão só para afirmar a “verdade” do dogma, que se esforçava em um trabalho mais intelectual e de emergência de uma fé escrita, do que de uma fé vivida, como vimos insistindo (Oronzo, 1983, p. 8). De tudo isso, nasceria um ser maléfico que mais do que ausência era presença (Russel, 1983, p.112). O diabo, entendido agora como a própria personificação do mal, era mais que ausência de Bem, como queria, por exemplo, as correntes platônicas e neoplatônicas e agora a cristã ortodoxa que se firmava. Ele era presença do Mal; era mais do que o anjo rebelado do judaísmo, era um ente cósmico praticamente da mesma potência, força e capacidade de criação que se atribuía somente a Deus.⁵¹

⁵⁰ Ver subcapítulo: “1.2 - O Diabo”.

⁵¹ Amaral, 2011, p. 423 e 424.

Como os pais da igreja não quiseram atribuir a Deus humores humanos, como faziam os antigos ou então como no Antigo Testamento, em que Javé era protetor e destruidor. Também não quiseram atribuir o mal a uma indiferença de Deus para com os males humanos. Assim, o Cristianismo ortodoxo não deu uma certidão de nascimento para o mal. Para justificar sua origem buscaram essa percepção nas religiões orientais dualistas: helenismo e judaísmo. Estabelecendo uma lógica em que o indivíduo poderia escolher, pelo seu próprio livre-arbítrio, seguir o bem ou o mal. O problema do livre-arbítrio é que seguir outro caminho que não o de Deus, significa desvirtuar-se, isso é, abandonar a virtude e o bem, caminhando em direção ao vício. O Cristianismo não admitiria outra natureza, senão a de um Deus único.

O bem não pode existir sem o mal, uma precisa da outra para ser sua antagonista. Assim, Satã nasce para ser a personificação do mal. Contudo, como um anjo, o demônio não estaria acima de Deus e nem seria muito melhor que os humanos. Dessa forma, o dualismo estava garantido, mas sem afetar a existência de um Deus supremo e único, os pais da igreja não poderiam admitir uma entidade que fosse superior a Deus. O curioso é que, mesmo que Deus seja inteiramente bom, Satã ou seus demônios, só podem agir se assim Deus permitir. Mas não poderia ser diferente, tendo em vista que o mal precisa existir para que o bem se sobressaia. Segundo Witzler, James VI da Escócia e I da Inglaterra teria afirmado, em seu tratado, a *Daemonologie*, que “o Diabo é o verdadeiro oposto contrário de Deus, não pode haver melhor maneira de conhecer Deus que pelo seu contrário.”⁵²

O contraponto entre bem e mal é primordial dentro da cosmogonia judaico-cristão, por isso é necessário que existam seres malignos e sobrenaturais para fazerem esse contraponto, uma vez que Deus não pode ser o responsável. Em síntese, a bruxaria, o demônio e o mal só existem porque Deus permite. Contudo, seria estranho que ele fosse o responsável, por isso tornou-se necessário colocar a culpa em outros seres. A lógica da salvação e você seria tentado e testado o tempo todo por esses seres, que agem não mais por mando de Deus, mas com a permissão dele, e sua tarefa como fiel é resistir a essas tentações, para que, como afirmou Santo Agostinho, possa trilhar seu próprio caminho para a salvação.

⁵² Witzler, 2018, p. 04.

Os seres humanos não são capazes de realizar tais atos sem malícia, ou seja, sem o enfraquecimento de sua própria natureza, e muito menos quando sua natureza já se encontrava enfraquecida; o que está claro já que sua virtude ativa já se encontrava diminuída. Mas os seres humanos, através de toda sorte de pecados e de perversidades, tornam-se enfraquecidos na sua bondade natural.⁵³

Durante as nossas pesquisas, percebemos que o debate entre bem e mal e a permissão divina gira em torno da questão do livre-arbítrio: é pelo livre-arbítrio que os humanos cometem atos malignos essenciais na lógica dualista, é pelo livre-arbítrio que vem a permissão de divina e é pelo livre-arbítrio que os humanos devem buscar a salvação. Um autor que se debruçou muito nessa questão foi Santo Agostinho, um dos pais da Igreja, que estava intrigado em tentar explicar a origem do mal, que seria um impedimento para a felicidade humana. O autor argumenta que Deus é o único caminho para a obtenção da felicidade, contudo, o caminho não seria sem luta e sem dor. A questão do mal moral, que seria proveniente da vontade e da liberdade humana para praticar ou não o mal, seria a liberdade dos humanos de fazer bom uso das coisas que são concedidas por Deus. Todavia, as coisas não são más por natureza, pois Deus não teria concebido nada mal, o problema, como afirmado, seria o mal uso das coisas. O humano estaria livre para cometer qualquer ato e, nesse sentido, Deus se exime de qualquer responsabilidade na prática do mal.⁵⁴

Para Agostinho, o mal só pode ser encontrado em algo bom, que quando corrompido -somente Deus é incorruptível- possibilita a existência do mal. Assim, um não poderia existir sem o outro, sendo que tudo é bom por natureza. Se algo é mal, é porque carece de ser, não sendo a responsabilidade de Deus por essa coisa ter se corrompido a algo que não deveria ser.⁵⁵ A lógica permanece a mesma que já relatamos, o mal só existe como contraponto do bem e é necessário para a salvação. E embora todos os atos só ocorram se Deus permitir, a divindade teria nos concedido a livre-arbítrio para cometê-los ou não, sendo de total responsabilidade das bruxas seus atos. Devemos ser fortes o bastante para resistir ao mal e escolher o bem, porque só assim alcançaremos a felicidade em Deus.

Então podemos concluir que as bruxas agem com a permissão Deus, mas é pelo livre-arbítrio que elas se aliam ao demônio. Segundo o *Malleus*, as bruxas agem por interferência da malícia dos demônios, que buscam sua perdição, todavia, são dotadas de livre-arbítrio e são inteiramente responsáveis por suas ações. A existência de bruxas,

⁵³ Kramer, 2015, p. 634-635.

⁵⁴ Pereira, 2013, p. 569-576.

⁵⁵ Idem, 2013, p. 575.

podemos afirmar, está atrelada a essa lógica dualista e a disputa entre o bem e o mal, que posteriormente levaria ao juízo final. A incorporação das bruxas na disputa faz ainda mais sentido por colocar os humanos diretamente dentro da disputa, não apenas no sentido de resistirem às tentações demoníacas ou no sentido do livre-arbítrio, mas a bruxa como uma humana que teria caído nas mãos do demônio, atentando contra Deus e contra outros humanos de forma física, no mundo material, sendo a responsabilidade direta dos “bons humanos”, seguidores de Deus, caçarem e punirem essas bruxas.

A escolha das mulheres como essa representante humana do mal, além da questão da sexualidade, Lilith e que os demônios teriam sido tentados pelas mulheres, também existira a tese de que as mulheres seriam mais propensas para a possessão, sob a justificativa de que Jesus só teria escolhido apóstolos homens e o demônio, com inveja, teria dado preferência para elas. De fato, a maior parte dos relatos sobre possessão nos tratados de demonologia são sobre mulheres e, assim, elas acabaram sendo caçadas como bruxas e colocadas como o oposto da bondade de Deus, assim como Satã.⁵⁶

2.2 - Os diferentes tipos de males

Vamos falar um pouco da percepção de mal em Santo Thomas de Aquino e Santo Agostinho, para isso nos baseamos na tese de mestrado de Napoleão Schoeller Azevedo Junior e em outras referências bibliográficas. O primeiro princípio que devemos analisar é a desigualdade entre as coisas. Deus teria criado todos os entes iguais, porém, como teria criado entes iguais e racionais, alguns deles poderiam se voltar contra o criador, da mesma forma que alguns foram promovidos a seres celestiais (anjos) e outros foram rebaixados e aprisionados em corpos físicos de acordo com seus pecados (como homens ou como demônios). Deus não teria criado o mundo só com o melhor das especiais e a desigualdade seria inerente ao mundo, mas ela não seria provida de Deus, mas sim do livre arbítrio das criaturas.

⁵⁶ Witzler, 2018, p. 20.

Da mesma forma que existiriam criaturas que foram promovidas ou rebaixadas, podemos falar de uma escala de perfeição, entre os que estão mais distantes e o que estão mais próximos de Deus, das mais perfeitas às menos perfeitas. A desigualdade e essa escala seriam entre espécies diferentes: pedras, plantas, animais..., mas também pode ser dentro de uma mesma espécie, como os humanos, por exemplo.

A perfeição do universo dependeria dessa desigualdade entre as coisas e graus de bondade, afinal, para que exista graus de bondade, e quanto mais graus existirem mais perfeito seria o universo, é preciso que existam coisas que não são tão boas. A perfeição do universo consistiria na diversidade -diversidade é igual a desigualdade- entre as coisas. Deus criou o pecador e o não pecador e, pela onisciência, ele saberia quais seriam pecadores e quais não seriam -lembrando que Deus não interfere no livre arbítrio e para Tomás de Aquino não foi Deus quem criou o pecado:

“Assim como a sabedoria divina é causa da distinção das coisas em razão da perfeição do universo, assim é da desigualdade, pois o universo não seria perfeito se existisse apenas um único grau de bondade nas coisas”.⁵⁷

Santo Agostinho também trabalha com o conceito de criaturas mais ou menos perfeitas. A beleza e a bondade das criaturas, em Agostinho, são provenientes “do modo [*modus*], da espécie [*species*] e da ordem [*ordo*] nelas infundidas por Deus”.⁵⁸ Quanto maior for essas três perfeições, melhor é a natureza -que é boa, sendo má apenas quando corrompida. E onde houver essas três coisas em grau superior, então haverá bens superiores, onde se encontrarem em graus inferiores, inferiores serão os bens. Onde faltarem não haverá bem algum. Nessa linha, a ausência ou a corrupção do bem configura como um não-ser, no nada, em vista de toda natureza ser boa. Lembrando que existem criaturas mais ou menos perfeitas, dentro de uma hierarquia com diferentes graus de bondade de acordo com a presença ou não dos elementos citados.

Assim, um universo com diversos graus de bondades e com diversas criaturas seria melhor do que um universo com apenas um grau de bondade, mesmo que todos tenham o mais alto grau de bondade: “A bondade da espécie precede a bondade do indivíduo, como o que é formal excede o que é material. Por isso, a pluralidade das espécies acrescenta

⁵⁷ Suma de Teologia I, q. 47, a. 2, c. Apud: Azevedo Junior, 2007, p. 14.

⁵⁸ Coutinho, 2010, p. 126.

mais à bondade do universo do que a bondade dos indivíduos, em uma só espécie”.⁵⁹ O mais importante é que exista possibilidade de corrupção e que existam tanto às criaturas que podem falhar e as que não podem falhar, as que são corruptíveis -que estão fadadas a se corromperem- e as incorruptíveis: “Portanto, assim como a perfeição do universo requer que não haja só realidades incorruptíveis, mas também realidades corruptíveis, assim também a perfeição do universo requer que haja certas coisas que podem deixar de ser boas”.⁶⁰

Novamente citando Santo Tomas de Aquino, o humano é um ser superior aos demais animais, que são superiores aos vegetais, que são superiores aos mineiras, sendo todas as naturezas boas, mas algumas superiores a outras. Ambos também enxergam que uma natureza corrompida ainda é superior a uma natureza incorrupta, mas de ordem inferior na hierarquia: “E assim sucede que, em razão do seu aspecto, o ouro corrompido é mais apreciado pelo homem que a prata incorrupta, e é mais apreciada a prata corrompida que o chumbo incorrupto.”⁶¹

Todavia, o ciclo de corrupção que as criaturas estão submetidas não é um mal por si só, em vista que assim como é da essência de Deus ser necessário, eterno e imutável. É da natureza da criatura ser contingente, temporal, mutável e suscetíveis à temporalidade, ordenadas para que umas sucedam as outras, formando a beleza do universo.⁶² O corpo também é um bem por si só, sendo o mal uma forma errônea em que os humanos se utilizam dos bens quando se deixa dominar pelas paixões. Ou seja, o corpo é um bem, que é utilizado de forma errônea quando a natureza do humano é corrompida. Já a alma, por ser espiritual, é superior ao corpo físico, mesmo considerando o fato que é por ela que o indivíduo se corrompe, seguindo assim a lógica que um ente, mesmo que corrompido, ainda é superior a outro ente de ordem inferior não corrompido.

“Igualmente, tratando-se das naturezas superiores e espirituais, é mais excelente o espírito racional corrompido pela vontade má do que o ente irracional incorrupto; e qualquer espírito, ainda que esteja corrompido, é superior a qualquer corpo, ainda que este esteja incorrupto. Com efeito, toda e qualquer natureza que, em razão da sua superioridade sobre o corpo, é para ele princípio de vida, será sempre superior a uma natureza que não tem vida por si mesma.

⁵⁹ Tomás na Suma Contra os Gentios I, cap. 45. Apud: Azevedo Junior, 2007, p. 16.

⁶⁰ Suma de Teologia I, q. 48, a. 2, c. **Apud:** Azevedo Júnior, 2007, p. 18.

⁶¹ Agostinho, 2005, cap. 5. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 127.

⁶² Agostinho, 2005, cap. 8. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 127.

Por mais corrompido que se encontre um espírito vital criado, ele sempre poderá vivificar o corpo”.⁶³

Resumindo, os pais da igreja vão na mesma linha, afirmam que o mal é a privação ou ausência do bem, sendo o mal não um ser. O que isso quer dizer? Que o mal não é uma criação de Deus, já que Deus é perfeitamente bom e tudo que foi criado por ele é bom, a natureza e as criaturas são por essência boas, o mal, não sendo criado por Deus, é um “nada”, justamente por ser a ausência do bem, um não-ser.

No caso, podemos dizer que as bruxas, e outras criaturas malignas, seriam essas criaturas corruptíveis e que abandonaram Deus. Criaturas que se desvirtuam e que fazem parte da própria lógica de um mundo perfeito, como já afirmado, é necessário que existam criaturas más para que haja o bem; para que o universo seja perfeito. Extrapolando um pouco a análise, por outro lado, podemos afirmar que, talvez, os inquisidores se enxergavam como parte das criaturas incorruptíveis, com o mais alto grau de bondade, e que deveriam ser as responsáveis por deter as criaturas malignas para garantir a predominância do bem.

Olhando para a tese desses autores, o melhor seríamos pensar em manter o equilíbrio entre o bem e o mal para manter a diversidade e a perfeição do universo, em vez de “garantir a predominância do bem”. Mas no caso, essa tese não se aplica diretamente ao *Malleus*, pois não é possível afirmar que os inquisidores estavam buscando esse equilíbrio, muito pelo contrário, é um manual que busca unicamente combater a bruxaria e consecutivamente o mal. Na verdade, a tese de manter o equilíbrio só faz sentido na escala divina e não caberia aos mortais fazer esse julgamento. Contudo, também não podemos afirmar que Deus age para manter esse equilíbrio, em vista que isso seria interferir na liberdade dos seres. O equilíbrio seria natural da própria natureza perfeita do universo em sua desigualdade.

Também devemos levar em consideração que o mal é a ausência do bem, então quando falamos em combater o mal ou levantamos uma tese de “manter o equilíbrio”, não é o mal em si que deve ser combatido, já que ele não existe por si só, mas sim o ato do pecado e da desobediência em Deus. Em última instância, o combate das criaturas que se deixaram corromper em seu orgulho, que escolheram um bem inferior em vez de um bem superior. Inclusive, esse é um dos pontos que Santo Agostinho se diferencia dos

⁶³ Agostinho, 2005, cap. 5. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 128.

Maniqueístas, em vista dessa seita se basear em um antagonismo do bem e do mal, assumindo o mal como um ser, ao contrário de Agostinho, que afirma que o bem é o único princípio existente. Para o pai da igreja, não bastaria admitir que os maniqueístas estavam errados em sua doutrina, seria preciso dizer que sendo o mal um nada, ele sequer pode ser considerado sem a existência de um bem:

“Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada. Ora, enquanto tal, essa coisa é boa e somente enquanto privada é má. O que não é não tem defeitos. Assim, cada vez que falamos do mal, supomos implicitamente a presença de um bem que, não sendo tudo que deveria ser, é, por isso, mau. O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito.”⁶⁴

Inicialmente Agostinho buscava respostas sobre a natureza do mal no Maniqueísmo, seita que misturava elementos do zoroastrismo e do cristianismo, possuindo uma metafísica fortemente baseada em um materialismo. Agostinho seguiu essa linha durante nove anos, porém acabou rompendo com o Maniqueísmo, alegando que ignoravam que Deus é espírito, não sendo constituído de matéria. Mesmo pelo fato de a matéria ser finita, ao contrário da essência de Deus:

“Ignorava que Deus é espírito e não tem membros dotados de comprimento e de largura, nem é matéria porque a matéria é menor na sua parte do que no seu todo. Ainda que a matéria fosse infinita, seria menor em alguma das suas partes, limitada por um certo espaço, do que na sua infinitude! Nem se concentra toda inteira em qualquer parte, como o espírito, como Deus.”⁶⁵

Além de se basearem em um materialismo, para o Maniqueísmo a natureza humana seria constituída de dois princípios ontológicos: o bem e o mal, sendo o humano a junção desses dois princípios, ou seja, é naturalmente bom e mau. No caso, o bem retratado como passivo e suscetível a ser invadido pelo mal. Todavia, essa linha de pensamento acaba por deslegitimar Deus como ser supremo e criador de todas as coisas, também acaba por considerar o indivíduo como destituído de liberdade, apenas vivendo entre uma linha que pode cair para o bem ou para o mal. Dentro das teses de Agostinho, se não há liberdade para escolher, não há responsabilidade moral -vamos explicar melhor essa responsabilidade moral-.⁶⁶

⁶⁴ Gilson, 2006, p. 273-4. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 127.

⁶⁵ Coutinho, 2010, p.125.

⁶⁶ Idem, p.125.

Deus, por excelência, não é uma forma corpórea, ele não se localiza no tempo e no espaço, ele é eterno e imutável, Deus é o Sumo Bem: de nada carece o criador. Ao contrário da criatura, que possui uma essência diferente e sua realidade não é imutável e nem incorruptível.⁶⁷ Santo Agostinho diz que Deus é verdadeiramente imutável, ao contrário das coisas que por ele foram criadas: “Com efeito, toda e qualquer mudança faz não ser ao que era; portanto, Ele [Deus] é verdadeiramente o que é imutável, e as demais coisas, que por Ele foram criadas, d’Ele receberam o ser segundo o seu modo particular.”⁶⁸

Santo Tomas de Aquino tem o mesmo entendimento de Agostinho sobre a natureza do mal: ele é entendido como “ausência de bem” ou como “não ser (não-ente)”, isso é, não é uma coisa, mas sim a ausência de outra (o bem). Portanto, o mal seria a privação de algo, privação do “bem devido”, e assim temos o conceito de mal como privação. Além disso, o mal pode ser dividido em diferentes formas, como “Mal *simpliciter* e Mal *secundum quid*”, “mal físico e mal moral” e “mal de pena e mal de culpa”.⁶⁹

No caso do Mal *simpliciter* e Mal *secundum quid*: “Estes males que são resultados da realização de algo que é bom em si mesmo (*simpliciter*), isso é, que são causados acidentalmente quando um certo bem se realiza, são os chamados males *secundum quid*.”⁷⁰ Azevedo Júnior traz o exemplo de do Leão e do asno: para o Leão o asno seria um bem que serve de alimento e para o asno o Leão seria um mal. Então seria um bem para alguns que acarreta o mal para outros.

O mal *secundum quid* seria uma consequência dos males *secundum quid*, nesse sentido, podemos pensar na “pena justa” imposta por Deus:

[...] O bem da ordem da justiça implica a privação de algum bem particular a alguém que peca, pois a justiça requer que quem peque seja privado de um certo bem que apeteça. Essa pena que causa privação, para o pecador, é um mal. Porém, é apenas acidentalmente má, pois a pena é a realização do bem da justiça, o que é um bem. Assim sendo, a pena é boa em si mesma (*simpliciter*), mas é má para o pecador. Por isso, ela é dita ser um mal apenas *secundum quid*, pois, na verdade, é a realização de um bem em si mesmo (*simpliciter*) que, para o pecador, é um mal. Do mesmo modo, a forma do fogo, que é um bem *simpliciter*, pode ser o mal da água (mal *secundum quid*).⁷¹

⁶⁷ Idem, p. 125-126.

⁶⁸ Agostinho, 2005, cap. 19, também, 25 e 26. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 126.

⁶⁹ Azevedo Junior faz questão de escrever um subcapítulo (“4.3 - Divisões do mal”) e um tópico para cada uma dessas divisões.

⁷⁰ Azevedo Júnior, 2007, p. 56.

⁷¹ Idem, p. 56.

Essa lógica pode ser pensada na pena aplicada as bruxas: seria uma pena necessária para um pecado que julgam que a bruxa teria cometido, então seria um bem em si mesmo (*simpliciter*) e um mal para a bruxa. Logo os inquisidores agiriam em nome de um bem e para as bruxas a consequência seria um mal que seria a privação do bem. Na verdade, a própria privação de Deus, que é a maior das privações para alguém que comete um pecado, já seria um mal por si só.

Deus é o criador desses males *secundum quid*, mas é criado apenas acidentalmente como uma consequência do bem *simpliciter*. O criador não deseja mal *secundum quid* ou a “pena justa”, é apenas a consequência de um bem por si só. Contudo, também existiria o *mal simpliciter*, que ao contrário do mal *secundum quid*, não é uma consequência de um bem *simpliciter* que é um mal para outra criatura, mas apenas a privação do bem em uma criatura e não acarreta o bem para nenhuma outra, é uma desvirtuação da ordem natural e um afastamento de Deus.

Outras formas seriam o “Mal de pena e Mal de culpa”, sendo o mal de pena um mal físico imposto as criaturas:

“[...] mal físico imposto à criatura como pena de algum mal de culpa. Esse mal de culpa cometido por um homem pode ser, em última instância, o pecado original, de modo que certos males físicos humanos podem ser entendidos como uma pena pelo pecado original, pois somente após esse pecado é que o homem passou a sofrer esses males (como, por exemplo, a cegueira).”⁷²

O mal de pena é um mal *secundum quid*, pois Deus está visando o bem com a punição, e, portando, é bem *simpliciter*, que é o bem da justiça. E como já dito para o mal *secundum*, Deus não quer o mal de pena propositalmente, mas é querido apenas acidentalmente como consequência de um ato bom que por consequência é punição da justa para um ato mal:

“Nota-se que o mal de pena, assim como os males físicos das criaturas não racionais, pode ser dito mal *secundum quid*, pois, ao punir uma criatura, Deus está visando ao bem da justiça, que exige a punição dos pecadores. Assim, a pena do pecador consiste em um bem *simpliciter*, que é o bem da justiça. Desse modo, o mal de pena só é querido por Deus acidentalmente, pois o que quer principalmente é um bem.”⁷³

⁷² Idem, p. 59.

⁷³ Idem, p. 59.

Já o mal de culpa seria uma “falta da operação devida nas coisas voluntárias”⁷⁴ e uma desordem na ação de uma criatura:

“O mal de culpa, então, é uma transgressão voluntária da lei divina por parte de uma criatura racional. Ele é um afastamento da ordem criada por Deus. Já que Deus quer preservar esse bem da ordem, então se segue que o mal de culpa Deus não quer de nenhum modo, nem por acidente, pois este é uma destruição de tal ordem, mas apenas permite este mal. Como foi dito, o mal de culpa se identifica com o mal moral, sendo o pecado a ação voluntária que padece de tal mal [...].”⁷⁵

Agora vamos entrar na questão que contorna toda esta monografia: Deus é a causa do mal? Azevedo Júnior leva em consideração as preposições:

- (1) Deus existe e é perfeitamente bom;⁷⁶
- (2) Deus existe e é onisciente;
- (3) Deus existe e é onipotente.”

Em contrapartida terá a preposição:

“(4) Há mal nas coisas criadas.”.

E ainda as preposições:

- (5) Um ente perfeitamente bom deve querer sempre eliminar o mal;
- (6) Um ente onisciente sabe tudo sobretudo (incluindo sobre os males);
- (7) Um ente onipotente pode fazer tudo o que for possível ser feito;
- (8) é perfeitamente bom e deve querer eliminar o mal;
- (9) é onisciente, e sabe como eliminar e evitar qualquer mal;
- (10) é onipotente e é capaz de eliminar qualquer mal existente.
- (11) Não há mal nas coisas criadas.

⁷⁴ Suma de Teologia I, q. 48, a. 5. **Apud:** Azevedo Júnior, 2007, p. 59.

⁷⁵ Azevedo Júnior, 2007, p. 56-59.

⁷⁶ As preposições que se seguem foram extraídas do capítulo 6 “Deus e o mal” da tese de Mestrado de Napoleão Schoeller de Azevedo Júnior. Para elencar essas preposições o autor se baseou em Plantinga (1990) e Eleonore Stump (2002), também em J. L. Mackie (1990) e H. J. McCloskey (1960).

(12) Se Deus pode eliminar os males (onipotente), sabe como eliminá-los (onisciente), mas não os quer eliminar, então Deus não é perfeitamente bom. (13) Se Deus pode eliminar os males (onipotente), quer eliminá-los (perfeitamente bom), mas não os sabe eliminar, então Deus não é onisciente. (14) Se Deus sabe como eliminar os males (onisciente), quer eliminar os males (perfeitamente bom), mas não os pode eliminar, então Deus não é onipotente.

(15) É possível que haja uma razão moral suficiente para que Deus não queira eliminar o mal nas coisas.

(16) Se Deus pode eliminar os males (onipotente), sabe como eliminá-los (onisciente), mas não os quer eliminar, então Deus não é perfeitamente bom, a menos que tenha uma razão moral suficiente para isso.

O autor se encarrega de fazer um debate filosófico e teológica sobre cada uma dessas preposições, apontando as contradições ou não de cada uma delas, contudo, o que não interessa aqui é resumido na preposição “16”: Se Deus é bom, onisciente e onipotente, ele não deve querer eliminar o mal? Ele não seria capaz de fazer isso? A justificativa seria a preposição “15” (É possível que haja uma razão moral suficiente para que Deus não queira eliminar o mal nas coisas)?

Já vimos que a perfeição do universo está na desigualdade das coisas, sem possibilidade da corrupção e sem as criaturas fossem livres e racionais, o universo não seria perfeito. Mas vamos falar um pouco sobre qual seria essa razão moral: Segundo Azevedo Júnior, precisamos levar em consideração a diferenças entre os males -falamos um pouco sobre isso- e, dessa forma, existem várias razões morais compatíveis a esses males. Além disso, Deus pode ser visto como a causa primeiro dos males e isso pode explicar por que Deus não quer eliminá-los.⁷⁷

Isso quer dizer que Deus não é a causa do mal de culpa, mas é a causa primeira dos males físicos e do mal de pena, que são causados acidentalmente quando Deus busca o bem do universo e a justiça contra os pecadores. Contudo, Deus não pode ser visto como

⁷⁷ Azevedo Júnior, 2007, p. 83.

a causa do mal na ação, isso é, o mal causado pela ação de um indivíduo como consequência de uma deficiência, de uma ordem devida:

“Além disso, se Deus não é causa do mal encontrado na ação, e se o mal de culpa é marcado justamente por um mal na ação voluntária, que é a privação da ordem que lhe seria devida, então Deus também não é causa desse mal. E isso foi explicado anteriormente, onde se detectou como sendo a origem do mal moral um certo defeito na vontade. Cabe lembrar que tal defeito não é um mal e nem diminui o caráter voluntário da má ação que dele decorre [...].⁷⁸

O argumento de Azevedo Júnior é que Deus permite esse mal, mas permitir não é o mesmo que querer por si ou querer por acidente. Além disso, em Santo Agostinho também temos a *Teoria do Duplo Efeito*, que é a teoria que uma ação pode ter um efeito bom e outro mau, no qual a intenção do indivíduo é praticar uma ação boa e o efeito mau não seria intencional, porém dentro do previsto. Extrapolando o exemplo do altor para a minha própria interpretação,⁷⁹ um exemplo seria quando o indivíduo age em legítima defesa e a ação acaba resultando na morte do agressor. No caso, a legítima defesa, seja para sua própria ou de outra pessoa, como o nome diz, é uma ação legítima e intencionalmente boa, porém, que gera uma ação ruim que não é intencional, mas previsível. Todavia, como o autor alerta, essa teoria se aplica a casos em que seja um efeito colateral mau não intencional e não se aplica quando o meio é mau ou em casos de “os fins justificam os meios.”

- “1. O próprio ato deve ser moralmente bom ou, ao menos, indiferente.
2. O agente não pode querer positivamente o efeito mau (deve estar fora da intenção), mas pode permiti-lo. Se pudesse atingir o efeito bom sem o efeito mau, ele o faria.
3. O efeito bom deve fluir da ação ao menos tão imediatamente (na ordem da causalidade, embora não necessariamente na ordem do tempo) como o efeito mau. Em outras palavras, o efeito bom deve ser produzido diretamente pela ação, não pelo efeito mau. De outro modo, o agente estaria usando um meio mau para um fim bom, o que nunca é permitido. Portanto o efeito bom não pode ser causado pelo efeito mau.
4. O efeito bom deve ser suficientemente desejável para compensar a permissão do efeito mau, isto é, o efeito bom deve compensar o efeito mal.”⁸⁰

Quando os inquisidores praticam a justiça punindo atos de bruxaria, podemos dizer que estão praticando uma ação intencionalmente boa, como uma consequência ruim para

⁷⁸ Idem, p. 87.

⁷⁹ O autor analisa a Suma de Teologia II^{ae}, q. 64, a. 7, onde Santo Agostinho discute se é legítimo matar outra pessoa para se defender: Azevedo Júnior, 2007, p. 89.

⁸⁰ New Catholic Encyclopedia apud McIntyre (2004). **Apud**: Azevedo Júnior, 2007, p. 89.

a bruxa. Consequência essa que não é querida por Deus, mas acidentalmente permitida e previsível -tanto para os inquisidores quanto para Deus que é onisciente e onipotente. Mas essa punição se encaixa dentro da teoria do duplo efeito? Essa teoria não necessariamente é voltada para o que estamos analisando nesta dissertação e não queremos cometer o erro de fazer uma interpretação que não é cabida nesse caso, todavia é relativamente possível fazer essa interpretação e a questão central continua sendo que para os inquisidores eles estão praticando uma ação boa em sua essência. Seguindo os critérios citados acima: (1) punir a bruxaria seria um ato moralmente bom; (2) não necessariamente é querido pelos inquisidores; (3) o efeito bom é uma causalidade da justiça e não é gerado pelo efeito mau que é acidental; (4) o efeito de punir o pecado é suficientemente desejável para justificar o ato. No caso do efeito do (2), existe uma preocupação no *Malleus* de estabelecer critérios e garantir que a pessoa seja punida de acordo com seus pecados, então não necessariamente a punição é querida pelos inquisidores e se pudessem evitariam.

Azevedo Júnior traz um outro exemplo, dessa vez extremo, em que para salvar uma cidade de um exército inimigo, o governador manda destruir a ponte que liga à cidade, porém havia três habitantes na ponte e, como o exército está próximo, o governador toma a decisão de destruir a ponte da mesma forma, matando os três moradores. O efeito bom foi ter salvado a cidade e o efeito mau foi ter matado as três pessoas. O efeito foi bom, em vista que não foi querido, teria sido evitado se possível e salvar à cidade foi suficientemente desejável para justificar os efeitos negativos.⁸¹

Quando os inquisidores julgam e punem os atos de bruxaria, estão praticando um ato desejável o suficiente para justificar o efeito, em vista que estão “salvando” uma cidade, uma localidade ou a humanidade como um todo dessas criaturas malignas. Se por acaso cometerem um ato falho e condenarem injustamente uma pessoa -lembrando da preocupação com os critérios e garantias-, seria meramente uma consequência ruim, que é previsível, mas que é justificável pelo efeito maior de salvar a humanidade, assim como a morte dos três moradores é justificável. Assim, apesar de tentarem evitar desproporcionalidades e injustiças, é previsível que ocorram discrepâncias e elas são aceitáveis.

No mesmo sentido, Deus quer um universo com ente livres, porém isso gera dois efeitos (*Teoria do duplo efeito*), que é a própria existência desses entes e a possibilidade

⁸¹ Azevedo Júnior, 2007, p. 90-91.

do pecado. Deus quer primordialmente à existência de entes livres e a existência do pecado é queria por acidente, como um efeito colateral da existência dos entes livre. Dessa forma, Deus quer a possibilidade do pecado, contudo, isso não quer dizer que ele quer o pecado, apesar de saber que ele se concretizara -previsibilidade do efeito negativo-. Lembrando que quem peca não é Deus, mas sim o indivíduo que age de acordo com sua liberdade, a causa do pecado está no homem que peca e não em Deus, que apenas permite que o pecado ocorra.⁸²

O pecado é consequência de Deus querer a existência de entes livre, que é um ato bom, e o mundo não seria perfeito se não fossem livres. O pecado, então, é a consequência negativa não intencional do primeiro ato, que é suficientemente justificável, em vista que como o que Deus mais quer é um mundo perfeito de entes livres, o efeito da possibilidade do pecado, é suficientemente compensatório para garantir esse mundo perfeito.

Assim como em Tomas de Aquino, Agostinho também afirma que é pelo livre-arbítrio recebido por Deus que, fazendo mal uso desse bem, que o humano pratica o mal. Convém ao humano preferir os bens superiores e utilizar-se dos inferior apenas como um meio para se chegar nos primeiros, todavia, quando essa ordem é invertida, quebrando a ordem estabelecida por Deus, temos então o mal. Para Santos Agostinho, é dessa forma que devemos compreender o pecado original, em vista que não era a árvore do fruto proibido que era má, o problema não estava nela, o pecado original ocorre quando Adão desobedece Deus.⁸³

Eis porque a árvore de que proibira comer Ele a chamou de “árvore do da ciência do bem e do mal” [Gen, 11, 9], para que, quando o homem o fizesse contra a sua proibição, experimentasse a pena do pecado e, assim, conhecesse a diferença que há entre o bem da obediência e o mal da desobediência.”⁸⁴

Ora, faz sentido pensarmos assim, pois se a árvore foi criada por Deus, ela não poderia ser má, tudo que é criado por Deus é bom. Como já debatemos aqui, Deus também não pode ser o responsável pelo mal: Deus, e suas criações, são perfeitamente boas, sendo o mal a corrupção desses bens. O pecado, então, ocorre quando Adão, utilizando-se do livre-arbítrio, que é o que torna o universo perfeito, se desvia do caminho de Deus,

⁸² Idem, p. 94.

⁸³ Coutinho, 2010, p. 128.

⁸⁴ Agostinho, 2005, cap. 35. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 128.

desobedecendo-o. Lembrando que após o pecado original, apesar do indivíduo ser livre, o único caminho possível para a salvação humana é seguir o caminho de Deus, então temos um princípio de que remete da própria criação.

Segundo Coutinho, o mal consiste na intenção presente no coração do indivíduo de não querer estar submetido a Deus, mas apenas a ele próprio, sendo, então, o orgulho a origem do pecado e da desobediência, pois o humano só teria cedido a tentação por já ter em seu coração um desejo de se equiparar a Deus. Porém, o orgulho não é natural a natureza humana, não foi atribuído pelo criador, o orgulho é por si só uma transgressão voluntária da ordem e do amor para com Deus. Sendo de responsabilidade dos humanos escolherem entre a vida em Deus e a morte pelo pecado.

Então, nos dois teóricos da igreja, o mal não é uma criação de Deus, o mal é um atributo do próprio humano que se corrompe quando, usando do seu livre arbítrio, desobedece ao criador. Segundo Coutinho, isso não quer dizer que a vontade humana seja essencialmente má ou que o mal seja objeto de desejo, em vista que o mal não é a escolher de algo mau em vez de algo bom, mas sim de um bem inferior em vez de um superior. A autora resume dizendo que o mal não estaria nos objetos do querer humano, mas sim no mal uso que se faz deles.

A questão central em Santo Agostinho, apontada por Coutinho, é que se não há liberdade, não há responsabilidade moral pelos atos cometidos pelos indivíduos:

“[...] Além disso, para que possa julgar o homem com justiça, conferindo-lhe castigos ou penas, conforme suas ações – ou intenções – Deus também permite o mal aos homens bons para que se fortaleçam na fé e sejam merecedores da Felicidade Eterna a que buscam.”⁸⁵

Nas palavras do próprio Santo Agostinho, fica claro que é perfeitamente aceitável que haja liberdade para os perversos -como as bruxas- praticarem atos malignos, pois só assim teremos aqueles que são realmente merecedores – ou não- das condescendências divinas. Assim como os demônios eram meros enviados de Deus, que testavam a fé humana, se tornando de fato os demônios da forma como conhecemos apenas por volta do século XV, é factível que essas criaturas malignas continuem testando e provocando a

⁸⁵ Coutinho, 2010, p. 129.

fé humana. Sendo dever do fiel continuar no único caminho que pode lhe garantir a salvação e a felicidade -que é Deus.

“[...] não é injusto que se dê aos perversos o poder de causar dano uns aos outros, para que se prove a paciência dos bons e seja castigada a iniquidade dos maus. E assim, pelo poder concedido ao diabo, Jó foi provado para que se mostrasse justo [Jó,I,II], e Pedro foi tentado para que não se tornasse presunçoso [Mat, XXVI, 31-35,69- 75], e Paulo padeceu o aguilhão da carne para que não se ensorbecesse [2Cor,XII,7], e Judas foi condenado a enforcar-se [Mat, XXVII,5].”⁸⁶

⁸⁶ Agostinho, 2005, cap. 32. **Apud:** Coutinho, 2010, p. 129.

Considerações Finais

O imaginário medieval foi dominado pelo medo: do desconhecido, do além e de criaturas malignas que rondavam pela noite. Para a igreja, o medo era eficiente, pois mantinha sob controle parcela da sociedade que, até então, não manifestava, de fato, os dogmas cristãos, principalmente os camponeses que viviam fora dos centros urbanos.

Contudo, é importante dizer que quando colocamos o medo como uma poderosa arma da igreja, não podemos nos esquecer que os clérigos também estavam aterrorizados, muitos deles enxergavam que o fim do mundo estava próximo. Dessa forma, enquanto instituição igreja, o medo era extremamente eficiente, mas não é como se os membros da igreja produzissem esse medo de forma racional, eles propagavam o medo justamente por também compartilharem dele.

Além disso, era preciso oferecer respostas capazes de explicar os males que atormentavam essas pessoas. Mas não seria eficiente atribuir a Deus a culpa pelos males, uma vez que ele manifesta a bondade em sua plenitude. O medo das bruxas e de outras criaturas malignas foi uma maneira de alimentar essas angústias e, ao mesmo tempo, retirar de Deus a responsabilidade pelo mal.

Dentro da lógica cristã, faz sentido presarmos que o mal é necessário, uma provação para aqueles que esperam pela acolhida providencial após a morte. Todavia, como historiadores, nossa tarefa é trabalhar com esses elementos levando em consideração que, para uma determinada sociedade, eles fizeram sentido. É isso que importa para o Historiador, pensarmos que essas figurações ofereceram respostas para os temores da época.

O *Malleus Maleficarum* é fruto de uma necessidade crescente de investigar e punir os atos de heresia que ameaçavam a igreja. O resultado foi a produção de uma fonte muito rica e extensa, por meio da qual seria possível realizar diversas análises, como, por exemplo, refletir sobre o tipo de pena para cada caso de bruxaria, tendo em vista que o manual estabelece que a pena deve ser proporcional ao ato.

Fontes

DANTE ALIGHIERI. **A divina comédia**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

INOCÊNCIO VIII. “A bula de Inocêncio VIII”. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras “Malleus Maleficarum”**. Tradução: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras “Malleus Maleficarum”**. Tradução: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

Bibliografia

AMARAL, R. O demônio entre a religião e a religiosidade cristã: o legado oriental para um monoteísmo de percepção dualista. **Mneme**, v. 12, n. 29, p. 421-434, 2011.

AZEVEDO JUNIOR, Napoleão Schoeller de. O MAL NO UNIVERSO SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Filosofia. Porto Alegre, 2007.

BASCHET, J. **A Civilização Feudal**: do ano mil à colonização da América. Tradução de Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

CARVALHO, João Rafael Chió Serra. O Diabo e o Elucidarium. In: **Honorius Augustodunensis e O Elucidarium**: Um estudo sobre a reforma, o Diabo e o fim dos tempos entre o fim do século XI e o começo do XII. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em História, Área de Concentração: História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. <https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-25082009-142913>

CERQUEIRA, Ana Luiza Sanches. MUITO ALÉM DE UMA HISTÓRIA DO DIABO... **Itinerários**, Araraquara, 23, 243-245, 2005.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho. **Argumentos**, Fortaleza, Ano 2, N°. 3, 2010.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. As estruturas eclesiais. In: **A Idade Média**: nascimento do ocidente. 2. ed. rev. Ampl. São Paulo: Brasiliense, 1948.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o sabá. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

HUIZINGA, Johan. **O outono da idade média**: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. São Paulo: CosacNaify, 2010.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.

MALERBA, Letícia Simões. Capítulo II: A figura do Diabo no Medievo. **In: Ut pictura poesis: Dante Alighieri, Sandro Botticelli e as figurações do Diabo**. 2019. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PEREIRA, R. H. S. Agostinho de Hipona: considerações sobre o mal e temas correlatos em De libero arbitrio. **Veritas**, Porto Alegre, v. 58, n. 3, p. 567-59, set./dez. 2013. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2013.3.12957>

SANTO AGOSTINHO. De Civitate Dei. Sétima Parte. Apud: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras “Malleus Maleficarum”**. Tradução: Paulo Frões. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015. P. 391-393.

WITZLER, Nara Barrozo. Mulheres, demônios e bruxas: o feminino retratado por demonólogos espanhóis dos séculos XVI e XVII. **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. UNIFESP, Campus Guarulhos, Guarulho, 2018.